

Diversos

- 1) Relatório atualizado da Comissão referente aos Projetos em andamento.
- 2) Assuntos Gerais.

Requerimentos

1) REQ. URB 6/2015	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 25/02/2015	

Considerando que a Prefeitura Municipal iniciou a instalação de paraciclos e bicicletários em alguns pontos das ciclovias e ciclofaixas existentes;
Considerando a importância da medida para o atendimento e ampliação do número de usuários do modal bicicleta;
Considerando o objetivo anunciado pela prefeitura de ampliar o número de vagas para bicicletas de 223 para 20 mil, incluindo paraciclos e bicicletários, ainda neste ano;
Considerando que para a implantação do programa a Prefeitura adquiriu por licitação 8 mil novos paraciclos que devem começar a ser instalados nos próximos dias.
Considerando o dever desta Comissão de acompanhar, monitorar e avaliar esta importante política de mobilidade em execução;
REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão, seja oficiado à Administração municipal requerimento solicitando as seguintes informações:

1. Estudos e projetos realizados para avaliar demanda e localização das 20 mil vagas que se para bicicletas cuja criação foi anunciada pelo Executivo;
2. Localizações nas quais serão instalados os 8 mil paraciclos já adquiridos, discriminando-se quantidades por local e cronograma de implantação;
3. Cópia digital do processo licitatório de aquisição dos 8 mil paraciclos;
4. Projetos básicos ou executivos já realizados ou em andamento para instalar ou ampliar o número de vagas para bicicletas nos terminais de transporte coletivo.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)			
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. GILSON BARRETO (PSDB)	X		
Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. SOUZA SANTOS (PSD)	X		

2) REQ. URB 7/2015	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 25/02/2015	

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 2ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 11/03/2015 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Considerando que a Prefeitura Municipal é parte da Parceria Público-Privada gerida pela Casa Paulista do Governo Estadual para a produção de moradias, em especial na região central;
Considerando que há poucos dias realizou-se o primeiro certame licitatório dos editais referentes a PP supramencionada na região central;
Considerando que apenas 1 dos 4 editais recebeu propostas, justamente para uma área inserida no contexto da Operação Urbana Consorciada Água Branca;
Considerando que o prefeito, após o fracasso do referido certame declarou, conforme nota da própria Comunicação Social da Prefeitura, ser necessário "ajustar os editais para tornar a PPP mais atraente";
Considerando que a Casa Paulista, instituição que projeta e gerencia a PPP, tem sistematicamente feito referência apenas a uma faixa de HIS de 0 a 6 salários Mínimos, ignorando a nova política aprovada pelo Plano Diretor garantindo a existência de uma proporção mínima para as faixas de 0 a 3 salários Mínimos e de 3 a 6 salários nas áreas de ZEIS, EHIS e EHMP;
REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão, seja oficiado à Administração municipal requerimento solicitando as seguintes informações:

1. Qual tem sido o papel da administração municipal na PPP de habitação na região central? Quais as prerrogativas do município da definição de políticas e seleção de demanda?
2. Qual é a posição da administração municipal quanto à concessão do direito de desapropriar áreas necessárias a PPP a parceiros privados?
3. Na avaliação da administração, qual seria o ajuste necessário nos editais para "tornar a PPP mais atraente" à iniciativa privada?
4. Estas propostas relativas a ampliar o interesse do setor imobiliário privado na PPP da Habitação foram propostas ao Governo Estadual? Em caso positivo, qual foi a justificativa para não aumentar o interesse da produção imobiliária argumentado pela esfera estadual? Em caso negativo, porque a proposta de alteração não foi formalmente encaminhada?

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)			
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. GILSON BARRETO (PSDB)	X		
Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. SOUZA SANTOS (PSD)	X		

3) REQ. URB 8/2015	Ver. PAULO FRANGE (PTB)
Data do Requerimento: 25/02/2015	

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente
Pauta da 2ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 11/03/2015 - Horário: 13:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Considerando o “Projeto Circuito das Compras” que prevê a interligação dos quatro maiores centros comerciais da região central da Capital: Brás, Sé, Santa Ifigênia e Bom Retiro;
Considerando o Decreto nº 55.146, de 26 de maio de 2014, o qual declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel particular situado no Distrito do Brás, Subprefeitura da Mooca, necessário à implantação do Projeto Circuito das Compras;
Considerando a Concorrência nº 001-A/2014/SDTE, que está em processo de licitação através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, cujo objeto trata da “Concessão de obra pública para a implantação, operação, manutenção e exploração econômica do CIRCUITO DAS COMPRAS, conforme as disposições constantes do Edital e seus anexos de acordo com o Processo Administrativo nº 2013-0363.235-3”;
Considerando a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico), que prevê os corredores planejados de ônibus; trem e metrô até 2025, que envolvem a região da implantação do Projeto Circuito das Compras;
Considerando ainda a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico), que prevê o fortalecimento e valorização dos polos comerciais especializados, como 25 de Março, Santa Ifigênia, Bom Retiro, Gasômetro e Zona Cerealista, bem como a valorização, estímulo e criação de condições especiais de desenvolvimento econômico para o fortalecimento e a ampliação de áreas tradicionais de comércio como o Polo de Comercio e Desenvolvimento de Moda do Brás, Pari e Canindé;
Considerando a complexidade para a implantação que causará impacto da respectiva medida junto ao conjunto da cidade e em especial aos moradores e comerciantes afetados;
REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Comissão, sejam encaminhados convites aos Secretários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, bem como a Secretaria de Transportes, com vistas a expor, em reunião ordinária desta Comissão:

- Esclarecimentos das Secretarias envolvidas, se estas ações se afinam com as medidas adotadas pela Administração Pública para o desenvolvimento dessa área da Cidade, previstas no Plano Diretor Estratégico com a implantação do Projeto Circuito das Compras;

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)			
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. GILSON BARRETO (PSDB)	X		
Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. SOUZA SANTOS (PSD)	X		

4) REQ. URB 9/2015	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)
Data do Requerimento: 11/03/2015	

Requerimento de Autoria da Associação Jardim Paulistano

Considerando o disposto no artigo 368 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 que “Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo...” que define o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o envio para a Câmara Municipal de São Paulo do Projeto de Lei de revisão da Lei 13.885, de 25 de agosto de 2004 – LPUOS;

Considerando que o referido prazo findou-se no dia 31 de janeiro de 2015 e que o Executivo Municipal encaminhou para a Câmara Municipal de São Paulo ofício solicitando mais 90 (noventa) dias para o envio do referido Projeto de Lei;

Considerando que mesmo com a realização de diversas Oficinas e Audiências Públicas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ainda não restaram esclarecidas diversas dúvidas por parte da sociedade civil sobre os parâmetros e critérios utilizados para a criação de novas tipologias de uso, nem quais serão seus impactos sobre os bairros, em especial nos corredores comerciais inseridos nas zonas estritamente residenciais;

Considerando que o Estatuto da Cidade, no inciso II do Art. 2º, define que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e que a gestão democrática se dá por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

A Associação Jardim Paulistano Residencial, inscrita sob o CNPJ 09.612.440/0001-74 com sede na Rua Cônego Eugênio Leite 623, com base no inciso III do artigo 85 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, requer a esta douta Comissão que seja convocada Audiência Pública com a participação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para discutir de que forma se dará a tramitação no Executivo da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e esclarecer a sobre metodologia utilizada para definição das novas zonas de uso.

Votação: APROVADO

	Favor	Contra	Abst.
Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)			
Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
Ver. GILSON BARRETO (PSDB)	X		
Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	X		
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
Ver. SOUZA SANTOS (PSD)	X		